



Dissonância

revista de teoria crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título	A imaginação marcuseana em diálogo com Roberto Schwarz
Autor	Gabriel Ramponi
Fonte	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , volume 6, Campinas, 2022
Link	https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4829

Formato de citação sugerido:

RAMPONI, Gabriel. “A imaginação marcuseana em diálogo com Roberto Schwarz”. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 6, Campinas, 2022, p. 344-371.

A IMAGINAÇÃO MARCUSEANA EM DIÁLOGO COM ROBERTO SCHWARZ

Gabriel Ramponi*

RESUMO

O presente artigo apresenta alguns traços do conceito de imaginação na obra de Herbert Marcuse, especialmente em três momentos: *Filosofia e teoria crítica* (1937), *Eros e civilização* (1955) e *O homem unidimensional* (1964). O objetivo da apresentação não é esgotar a análise conceitual da imaginação nesses três trabalhos do autor, mas, antes, evidenciar algumas características que permitam estabelecer diálogo com Roberto Schwarz, mais especificamente com seus textos *Ideias fora do lugar* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, e a vida ideológica brasileira encarnada em personagens machadianos.

PALAVRAS-CHAVE

Imaginação, Herbert Marcuse, Roberto Schwarz, Brasil, Machado de Assis.

*Gabriel é bacharel em Relações Internacionais pela Facamp, Mestre em Filosofia pela Unifesp. Foi pós-mestrando/pesquisador-colaborador pelo grupo de pesquisas "Extimidades: Teoria Crítica desde o Sul-global", vinculado à UFABC, e atualmente é doutorando em Filosofia também pela UFABC. Contato: gabriel_ramponi@hotmail.com.

MARCUSEAN IMAGINATION IN DIALOGUE WITH ROBERTO SCHWARZ.

ABSTRACT

This paper presents some features of the concept of imagination in Herbert Marcuse's work, especially in three moments: *Philosophy and critical theory* (1937), *Eros and civilization* (1955) and *One-dimensional man* (1964). The presentation's goal is not exhausting all possibilities of analyses concerning the concept of imagination in these three works, but rather highlight some characteristics which may allow forging a dialogue between Marcuse and Roberto Schwarz and his texts *Ideias fora do lugar* and *Um mestre na periferia do capitalismo*, and the Brazilian ideological life, embodied by Machado de Assis' characters.

KEYWORDS

Imagination, Herbert Marcuse, Roberto Schwarz, Brazil, Machado de Assis.

Introdução

A imaginação é um conceito bastante central ao longo da obra de Herbert Marcuse. Sua centralidade se manifesta tanto pela constante presença em seus escritos através das décadas que viveu e escreveu o filósofo quanto pela posição que a imaginação ocupa em sua construção e horizonte teóricos.

Mesmo que talvez não especificamente mobilizado no exemplo a seguir, ainda assim pode-se dizer que Marcuse coloca em movimento o conceito de imaginação desde o seu primeiro trabalho, *O Romance de artista alemão* (*Der Deutsche Künstlerroman*). No *Romance de artista*, tese de doutorado de Marcuse, pela Universidade de Freiburg (defendida em 1922, publicada em 1978)¹, o autor “distingue dois tipos de romances de artista: o subjetivo-romântico e o realista-objetivo”, sendo o segundo tipo o mais elogiado e seu objeto mais caro, por sua característica “busca pela reconciliação entre arte e sociedade” (Kunz 2019: 93). Tal busca, presente neste primeiro trabalho do autor, se reconfigura ao longo do tempo e alcança o primeiro plano nos trabalhos dos anos 1970 sob a chave da potencialidade de uma nova Forma social, com a imaginação costurando as lacunas do (im)possível². Em *Eros e civilização* (publicado em 1955), por sua vez, vislumbramos junto do autor a amplitude que o conceito ganha em sua teoria, já que ali Marcuse busca resgatar sentidos da estética para além de uma estrita teoria da arte, e, assim, recolocar a imaginação como força criadora não apenas de obras de arte, mas de mundos. Isso, aliás, será um dos centros gravitacionais para a supracitada ênfase na potencialidade de uma transformação social, uma nova sensibilidade capaz de romper com o sistema solar capitalista. Grosso modo e de maneira simplificada, podemos ver como a constância do conceito ao longo do tempo não quer dizer, necessariamente, que ocupará sempre a mesma posição, delineado segundo um mesmo e estável modelo. De todo

1 Ver artigo de Cibele Saraiva Kunz, intitulado “O romance de Artista Alemão – arte e utopia no jovem Marcuse”, 2019.

2 Ver capítulo 4, do livro de Imaculada Kangussu “Leis da Liberdade”, 2008.

modo, o que espera-se ter em mente é que ao longo da obra de Marcuse não há momento em que a imaginação passa à irrelevância em sua articulação conceitual e teórica.

Uma comparação bastante frequente na fortuna crítica³ marcuseana diz respeito às obras *Eros e civilização* e *O homem unidimensional* (publicado em 1964), que, para o fim de exemplificar o que foi dito pode ser bastante útil. Isso porque *Eros* é lido por vezes sob a alcunha de obra “otimista” enquanto *O homem unidimensional* representaria uma virada pessimista do autor. No primeiro livro, a imaginação é potência, repositório de imagens de liberdade, resguardadas em oposição ao princípio de realidade vigente, e, portanto, meio pelo qual poderiam ser ativadas forças sociais emancipatórias direcionadas a um novo princípio de realidade; já no segundo, apesar de mantidas estas características da imaginação, o princípio de desempenho, princípio de realidade historicamente consolidado — ou violentamente imposto —, e a racionalidade técnica que o acompanha, teriam sido capazes de unidimensionalizar a subjetividade individual e coletiva a tal ponto que nem mesmo a imaginação teria escapado aos ditames do dia. E então, salvaguardada apenas aos, e pelos artistas, a imaginação estaria castrada, por assim dizer, e reduzida aos limites do presente estabelecido.

Essas duas obras podem representar o modo como a presença do conceito de imaginação em Marcuse não significa necessariamente constância na expressão ou manifestação do conceito em cada trabalho. Porém, vale ressaltar que, mais do

3 Para um riquíssimo sobrevôo sobre tal fortuna crítica, checar o já citado *Leis da Liberdade*, de Imaculada Kangussu, trabalho no qual em muito nos embasamos.

que simplesmente uma espécie de humor otimista ou pessimista das expectativas pessoais do autor, essa *inconstância* deve ser lida sob chave histórica, quer dizer, é testemunha da “sempre presente relação de seu pensamento com o momento histórico em que foi formulado” (Kangussu 2020: 165). Portanto, ainda que verificáveis nas obras, o otimismo ou pessimismo de Marcuse reflete a constelação teórica que o próprio autor elabora, um método de análise materialista-histórico. Como afirma em *Eros e civilização*, “a destrutividade do presente estágio só revela sua plena significação se o presente for medido não em termos de estágios passados, mas em termos de suas próprias potencialidades” (Marcuse 1975: 100). Julgar o presente a partir das próprias potencialidades faz com que ser otimista ou pessimista signifique o resultado de uma análise histórica — segundo critérios dados pelas condições técnicas da sociedade — sobre o grau de efetivação (ou não) de tais potencialidades. Além de motivar a leitura da obra de Marcuse como intrinsecamente relacionada ao movimento histórico com que o autor buscou trabalhar, para os fins deste trabalho isso assume especial importância, posto que nosso objetivo é tecer um diálogo entre concepções apresentadas por Marcuse sobre a imaginação e algumas questões levantadas pela leitura de *Ideias fora do Lugar*, de Roberto Schwarz, além de outros textos seus. As referidas questões serão levantadas a partir de comparações entre os textos de Marcuse e de Schwarz, suscitadas especialmente pelas distinções que pretendemos apontar entre o papel ocupado pela imaginação ora em um, ora em outro lugar e momento. Nesse sentido, um fundamento

importante desse diálogo é justamente o momento — e lugar — histórico a que se referem os autores.

Ao traçar contornos conceituais da imaginação de Marcuse, o objetivo não será dar conta de toda a profundidade com que o conceito é desenvolvido pelo autor nem tampouco comentar seus livros como um todo. Nos concerne elucidar a imaginação marcuseana a ponto de dar sentido ao diálogo com algumas passagens de Roberto Schwarz, em *Ideias fora do lugar* e *Um mestre na periferia do capitalismo*. Portanto, será necessário nos aprofundarmos minimamente no conceito de imaginação marcuseana, ponto de partida para a conversa imaginária entre Marcuse e Schwarz. O foco para tal empreitada, no próximo item, será mantido principalmente em *Eros e civilização*, em comparação com algumas conclusões do autor em *O homem unidimensional* e um texto dos anos 1930, *Filosofia e Teoria Crítica*. Esse é, do modo como vemos, um caminho bastante profícuo para iniciarmos algumas trocas entre a vida ideológica e social do Brasil do século XVIII, segundo Roberto Schwarz, e a “imaginação produtora” (Kangussu 2008: 215) de Marcuse. Caminho pelo qual espera-se que o artigo enseje primeiros passos.

A imaginação marcuseana

É digno de nota que, em um texto publicado em 1937, *Filosofia e teoria crítica*, Marcuse trace limites à imaginação à certa altura quando diz que “deixá-la livre para a construção de um mundo mais belo e mais feliz permanece privilégio das crianças e dos loucos” (Marcuse 2006: 155). Mas mais importante ainda é

ressaltar que, ali, Marcuse se referia ao pensamento burguês, representado por Kant, que, apesar de ter sido um dos filósofos responsáveis pelo relacionamento da fantasia “de modo essencial com a filosofia [...] sob o título de ‘imaginação’”, a tomaria como “base *a priori* de todo conhecimento”, e isso, para Marcuse, seria determinante para que a filosofia burguesa — e Kant, mais especificamente — a despeito de mobilizar a imaginação em sua capacidade de “‘intuir’ um objeto mesmo ausente” e “ultrapassar o presente”, se desviasse “por meio dessa restrição ao *a priori*, do futuro para o que já é sempre passado. A imaginação sucumbe à degradação geral da fantasia” (Marcuse 2006: 155)⁴. Portanto, além do momento histórico em que escrevia Marcuse, a imaginação e seus contornos na obra do filósofo também eram resultado do diálogo com a tradição. Ainda nesse mesmo texto, o filósofo evidencia a disputa político-conceitual envolvida para a fantasia e imaginação, ao afirmar que “na teoria crítica não há um horizonte sem-fim de possibilidades” (Marcuse 2006: 155). Seus limites, então, deveriam ser “limites técnicos: estão prescritos pelo nível do desenvolvimento técnico.” (Marcuse 2006: 156) Essas passagens nos permitem enfatizar o que anteriormente foi dito apenas de passagem: além do momento histórico, refletir sobre a imaginação através da obra de Marcuse, deve levar em consideração o lugar, *chão histórico*, por assim dizer, fator que delimita, ou ao menos influencia diretamente o desenvolvimento técnico.

4 A relação entre imaginação e fantasia é uma das facetas constantes do conceito de imaginação na obra do filósofo, simultaneamente às transformações operadas na formulação do conceito. Voltaremos a essa relação.

Um primeiro ponto importante a ser ressaltado é a relação entre imaginação e fantasia operada por Marcuse em *Eros e civilização*. Como afirma Imaculada Kangussu, ali se manifesta “a originalidade das reflexões de Marcuse”, que

reside no fato de ele ligar o processo mental denominado por Freud como *das Phantasieren* àquele que, de acordo com Kant, é realizado pela faculdade da imaginação (*Einbildungskraft*). Quando Marcuse unifica fantasia e imaginação, a fantasia passa a ser também responsável pela ligação entre fenômenos e conceitos. Isto é, uma vez unida à imaginação, a fantasia cria o esquema através do qual ajuizamos, avaliamos, consideramos, analisamos e categorizamos o mundo fenomênico produzido por nossa capacidade de apresentação (Kangussu 2020: 126).

Essa unificação entre fantasia e imaginação permite à Marcuse dar um passo adiante em relação à Kant ao mesmo tempo em que faz uso de sua teoria. Como vimos anteriormente, em 1937, no texto *Filosofia e Teoria Crítica*, Marcuse buscou diferenciar a imaginação ilimitada, por assim dizer, da filosofia burguesa kantiana, daquela que ele propunha sob o escrutínio da Teoria crítica. Esta deveria se basear em limites postos pelo desenvolvimento técnico do momento histórico. Tal tarefa é cumprida por Marcuse na medida em que sua leitura de Freud busca fazer emergir fundamentos históricos da própria teoria freudiana⁵. Ainda, Marcuse supera “a dicotomia antagônica entre fantasia e realidade, apresentada por Freud em ‘Dois princípios de funcionamento mental’”. Assim, Marcuse lança mão do conceito de imaginação como um duplo, por meio do qual “os pro-

5 A hipótese de Marcuse é a “de que a obra freudiana permite uma leitura capaz de revelar a historicidade da estrutura pulsional” (Kangussu 2008: 173).

cessos de apreensão e de pensamento, responsáveis pela determinação da realidade, são mediados pela rede simbólica das fantasias” (Kangussu, 2020: 127). Posteriormente a essa obra, onde Marcuse formula explicitamente a referida união dos conceitos, o duplo se torna implícito pelo termo *imaginação*, sem que isso signifique o abandono conceitual do processo de fantasiar.⁶ Então, se Marcuse supera Kant através do processo histórico em sua análise assim como o faz com os conceitos freudianos, simultaneamente transcende Freud ao se utilizar do conceito de imaginação kantiano para pensar o *Phantasieren* freudiano. Tomemos um momento, então, para esboçar como Marcuse busca aliar o movimento histórico a ambos os pensadores citados e, assim, a seu próprio argumento.

No primeiro capítulo de *Eros e civilização*, Marcuse apresenta alguns fundamentos teóricos da teoria de Freud acerca da vida instintual humana. Na primeira frase, lemos que “o conceito de homem que emerge da teoria freudiana é a mais irrefutável acusação à civilização ocidental — e, ao mesmo tempo, a mais inabalável defesa dessa civilização” (Marcuse 1975: 33). Essa aparente ambiguidade será elaborada em moldes das possibilidades

6 Como detalha Kagussu, “depois desse capítulo [Fantasia e Utopia, capítulo 7 de *Eros e Civilização*], raramente escreve *phantasy*, sem, entretanto, abandonar seu sentido semântico que passa a incidir no que ele também denominará “imaginação”. A partir dessa obra, quase sempre utiliza o termo “imaginação”, mantendo neste a faculdade de fantasiar, conforme caracterizada pelas reflexões freudianas, sem explicitar ou redefinir o conceito. A identificação de fantasia e imaginação em um mesmo conceito fica assim obscurecida, nas obras seguintes. É ainda importante ressaltar que Marcuse nunca escreve *fantasy* nem *fancy*, os termos correntes em inglês. Com isso, afasta-se do sentido prosaico presente nos termos usuais. *Phantasy* preserva a raiz grega do conceito e remete à primeira identificação de *phantasia* com imaginação” (Kangussu, 2020: 127).

históricas, fundamentadas na “mutabilidade dos instintos” (Marcuse 1975: 33). Quer dizer, se por um lado, para Freud “a história do homem é a história da sua repressão”, por outro “a realidade que dá forma tanto aos instintos como às suas necessidades e satisfação é um mundo-sócio histórico” (Marcuse 1975: 33, 34) Ambas afirmações carregam, em suas próprias positivities, o negativo que dá movimento ao argumento de Marcuse. Ainda que a história do homem seja de sua repressão, afirmar a repressão como histórica implica haver em seu próprio afirmar-se no mundo um elemento conservado que a nega e permanece como potencialidade não efetivada na história. Nessa etapa da argumentação, é importante enfatizar que Marcuse não rechaça a necessidade de repressão relativa dos instintos para continuidade e permanência da vida social e humana, tal como colocada por Freud. O que não significará defesa da mais-repressão, justamente a repressão desnecessária à vida social a não ser pela manutenção da realidade social estabelecida. Ainda um passo atrás, é evidenciado o pressuposto freudiano de Marcuse, quando o autor afirma que “o princípio de prazer irrestrito entra em conflito com o meio natural e humano” (Marcuse 1975: 34). Assim, os instintos que se guiavam puramente pela busca de gratificação, de prazer em sua efetivação, conjugados aqui sob o *princípio de prazer*, são reconhecidos pelo indivíduo, de maneira traumática, como destrutivos caso plenamente satisfeitos. Um outro princípio, portanto, entra em ação: o *princípio de realidade*, princípio da renúncia, do adiamento, da restrição. Ambos os princípios convivem na vida instintual a partir daí, pois “de acordo com Freud, o princípio de realidade ‘salvuarda’, mais do que

‘destrona’, e ‘modifica’, mais do que nega, o princípio de prazer” (Marcuse 1975: 35). Abreviando o argumento, o que nos interessa diretamente aqui é uma das consequências desse convívio e modificação. A saber, que

Apenas um modo de atividade mental é “separado” da nova organização do aparelho mental e conserva-se livre do domínio do princípio de realidade: é a *fantasia*, que está “protegida das alterações culturais” e mantém-se vinculada ao princípio de prazer. Em tudo o mais, o aparelho mental está efetivamente subordinado ao princípio de realidade. (Marcuse 1975: 35).

Destacam-se alguns elementos: as referidas alterações culturais, ocorridas ao longo da história, se relacionam majoritariamente, então, com o princípio de realidade. Nesse mesma chave, em sentido contrário, conclui-se que, se o princípio de prazer e a fantasia estão protegidos dessas alterações, estariam imunes tal qual à passagem do tempo. Assim, seriam repositórios de imagens de um passado primordial, que a história não teria a força de apagar. Isso não invalida ou retira a potência ativa do princípio de prazer. Ao contrário, como formulado por Kangussu,

é duplo, portanto, o papel do passado na formação dos indivíduos e da sociedade: enquanto o id traz lembranças de um estágio sob o domínio do princípio de prazer primordial, e projeta esse passado no futuro, o superego rejeita essa reivindicação recordando um passado, não de satisfação integral, mas de adaptação amarga a um presente penoso. [...] é a submissão da memória ao princípio de realidade (Kangussu 2008: 92, 93).

Mesmo sob termos ainda não trabalhados aqui, como *id* e *superego*, a passagem revela algo análogo ao que dissemos anteriormente, quando nos referimos à imaginação kantiana e sua dinâmica apriorística que, segundo Marcuse, projetaria um futuro já passado de antemão. Análoga, também, é a disputa, lá, entre Teoria crítica e filosofia burguesa, e aqui entre o *id* e o *superego*. Entre a potência da rememoração de satisfação possível e a imposição da possibilidade efetivada historicamente.

Não cabe aqui nos alongarmos sobre o desenvolvimento tripartite do aparelho mental na teoria de Freud entre *id*, *ego* e *superego*. De passagem, recorreremos ao próprio Marcuse que explica de maneira bastante objetiva cada “camada”.

A camada fundamental mais antiga e maior, é o *id*, o domínio do inconsciente, dos instintos primários. O *id* está isento das formas e princípios que constituem o indivíduo consciente e social. Não é afetado pelo tempo nem perturbado por contradições; ignora "valores, bem e mal, moralidade". Não visa à autopreservação: esforça-se unicamente pela satisfação de suas necessidades instintivas, de acordo com o princípio de prazer. Sob a influência do mundo externo (o meio), uma parte do *id*, a que está equipada com os órgãos para a recepção e proteção contra os estímulos, desenvolve-se gradualmente até formar o *ego*. É o "mediador" entre o *id* e o mundo externo. [...] o *ego* preserva a sua existência, observando e testando a realidade, recebendo e conservando uma "imagem verdadeira" da mesma, ajustando-se à realidade e alterando-a no seu próprio interesse. Assim, o *ego* tem a tarefa de representar o mundo externo para o *id* e, portanto, de o proteger (Marcuse 1975: 47).

Por fim, sobre o *superego* Marcuse afirma que

No curso do desenvolvimento do ego, outra “entidade” mental surge: o *superego*. [...] uma série de influências sociais e culturais são admitidas pelo superego, até se solidificar no representante poderoso da moralidade estabelecida [...] (Marcuse 1975: 48, 49).

O que mais interessa ressaltar é a profunda relação que o id apresenta com o princípio de prazer e o respectivo distanciamento do mesmo no desenvolvimento do ego e posteriormente do superego, o que os aproxima, cada um à sua maneira, ao princípio de realidade. As imagens armazenadas pela dinâmica temporal própria ao princípio de prazer, portanto, se relacionam intrinsecamente às possibilidades históricas tornadas não efetivas. O negativo histórico a que nos referimos acima, encontra aqui sua potência. Não se trata, em Marcuse, de utopias fantasiosas, no sentido degradado pela ausência de lastro com as determinações históricas, mas, antes, de enxergar nessas próprias determinações, histórias — fantasias, diríamos — que não puderam ser contadas e vividas. As quais, porém, não por isso são inverdades. Ao contrário, o autor busca nelas outros princípios para guiar a realidade estabelecida, ou, melhor, a ser estabelecida.

Marcuse aplica essa perspectiva, por exemplo, no modo como propõe lidar com a *estética*. Na segunda parte do livro *Eros e civilização* o autor se esforça por resgatar os fundamentos filosóficos da *dimensão estética*, baseado principalmente em Kant e Schiller, ainda que reconfigurando direções de suas teorias, como já explicitado no caso de Kant. Algumas mudanças na definição de *estética* ao longo da história do termo são apontadas por Marcuse, como, por exemplo, de “pertinente aos sentidos” à “perti-

nente à beleza e arte” (Marcuse 1975: 162). Tais variações seriam testemunhos da aceitação filosófica das “normas e valores do princípio de realidade”. Sem espaço na filosofia e “grandemente modificada”, a sensibilidade “obteve refúgio na teoria da arte” (Marcuse 1975: 164). Quer dizer, e trocando em termos já trabalhados, a interpretação e aplicação do termo estética de maneira estrita às teorias da arte poderia ser lida como efetivação histórica específica, a despeito de outras formulações passadas mais amplas e com distintas características e desenvolvimentos. O resgate que Marcuse opera conceitualmente é, então, a tradução em ato do olhar direcionado às imagens guiadas pelo princípio de prazer, que busca reabilitar os sentidos em face de sua submissão historicamente constituída e manifesta pela tradição. Como afirma Marcuse, sobre a relação com o passado mediado pela imaginação:

O valor de verdade da imaginação relaciona-se não só com o passado, mas também com o futuro; as formas de liberdade e felicidade que invoca pretendem emancipar a *realidade* histórica. Na sua recusa em aceitar como finais as limitações impostas à liberdade e à felicidade pelo princípio de realidade, na sua recusa em esquecer o que *pode ser*, reside a função crítica da fantasia [...] (Marcuse 1975: 138).

Em resumo, imagens passadas, de outra existência possível, que apontem para o futuro; não um apontar ao que *foi*, mas ao que *pode ser*. Portanto, não a imaginação estritamente kantiana de um futuro já passado, ou que *foi*, mas ao passado, potencializado pela mediação da imaginação kantiana, através do princípio de prazer freudiano e suas fantasias. Fantasias que,

seguindo o uso que Marcuse faz das palavras de Freud, residem em esfera “conservada imune ao teste da realidade” (Marcuse 1975: 62). A imunidade do teste da realidade também parece ter sido elemento constituinte da vida ideológica brasileira do século XIX, como aponta Roberto Schwarz. E eis, aqui, nossa ponte geográfica do conceito.

Em diálogo com Schwarz

No texto *Ideias fora do lugar* Schwarz esforça-se por descrever “um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é resultado histórico, e pode ser origem artística” (Schwarz 2012: 30). O autor expõe a vida ideológica brasileira no século XIX inerentemente relacionada à organização social e econômica do país. Escravocrata, o Brasil estava “fora do sistema da ciência” (Schwarz 2012: 11), na medida em que tal sistema refletia ideais liberais europeus atrelados ao *trabalho livre*. O país era voltado economicamente ao mercado externo, por onde eram transacionados os produtos sob a lógica burguesa, mercadorias, portanto, que visavam o lucro, ainda que produzidas internamente por *trabalho escravo*. Assim, a racionalidade à brasileira vivia de inversões constantes, em que “os papéis se embaralhavam e trocavam normalmente: a ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade [...]”. A coexistência entre as relações de produção e a vida ideológica se configurou a seu modo específico, em que “o teste de realidade não parecia importante” (Schwarz 2012: 15).

Como vimos, outro “teste da realidade”, nas palavras de Freud e referenciado por Marcuse em *Eros e civilização*, é precisamente do que escaparia a *fantasia*. Livre do princípio de realidade, esta estaria atrelada majoritariamente ao princípio de prazer, que conectada não só a “manifestações perversas da sexualidade; como imaginação artística também conecta as perversões com imagens de liberdade e gratificação integrais” (Marcuse 1975: 62). Como já dito, em *Eros e civilização*, Marcuse buscava elaborar a imaginação e a fantasia principalmente como veículo emancipatório, em que escapar ao teste de realidade constituía uma importante base. Por sua vez, no texto de Schwarz vê-se uma configuração social em que a desimportância do teste de realidade convive harmoniosamente com a violência da escravidão. Será necessário aprofundar nossa compreensão sobre o que significou, para Schwarz essa configuração social à brasileira. Mas, antes, um salto ainda de volta aos Estados Unidos e ao *Homem unidimensional* pode contribuir com o desenvolvimento do argumento.

Neste livro, publicado em 1964, Marcuse está diante de outro cenário histórico em relação a *Eros e civilização* e sua leitura dessa transformação faz-se sentir em suas formulações, como já citado acima. As dicotomias como Razão e Imaginação, os princípios de realidade e de prazer, *fantasia e ciência*, outrora conflitantes, contradições da qual o autor retira a potência do argumento em *Eros e civilização*, estão agora fundidas: trata-se da “obscena fusão da estética com a realidade” e os “domínios antes antagonistas fundem-se sob bases técnicas e políticas — magia e ciência, vida e morte, alegria e miséria” (Marcuse 1991:

248, trad. nossa). Isso não significa, para Marcuse, que a Imaginação tenha galgado melhores posições na sociedade industrial, mas, antes, que “se tornou um instrumento do progresso” (Marcuse 1991: 248, trad. nossa). Seria uma “nova situação” (Marcuse 2006: 144). Apesar disso, Marcuse reitera: a “dimensão estética ainda retém uma liberdade de expressão que habilita *o escritor e o artista* a chamar o homem e as coisas por seus nomes — nomear o que de outra forma é inominável” (Marcuse 1991: 247, grifo e trad. nossas). O que nos interessa ressaltar é a situação histórica influenciando a leitura que Marcuse faz da imaginação, categoria agora rodeada de elementos distintos e relações que assumem outras roupagens.

Se em *O homem unidimensional* a fusão entre “domínios antes antagonistas” como “magia e ciência” foi realizada plenamente com o avanço da *sociedade industrial*, na análise de Schwarz essa fusão já estava dada no Brasil do século XIX, em um país fundamentalmente *agrário*. Isso levanta questões quanto ao significado das condições dadas historicamente para a reflexão sobre a fantasia e a imaginação. Para tanto, é importante lembrar que o texto de Schwarz tem como ponto de chegada a obra de Machado de Assis e, especificamente, *As memórias póstumas de Brás Cubas*. As condições históricas na sociedade brasileira podem, assim, ser pensadas como a “matéria do artista” — Machado de Assis — que “registra de algum modo o processo social a que deve sua existência” (Schwarz 2012: 31). Quer dizer, pensar a estética enquanto função “pertinente aos sentidos” e organizada cognitivamente a partir um *resultado* histórico determinado, talvez possibilite conceber a estética como *origem* não

só artística, mas também de uma organização específica dos sentidos — e sentidos da imaginação — sob condições históricas específicas, e que a forma literária e artística tornaria visível. Ainda, se Brás Cubas e outras personagens machadianas evidenciarem essa organização da ordem do sensível, e, portanto, da imaginação, na sociedade brasileira, como isso contribui para uma análise da contemporaneidade?

Em *Um mestre na periferia do capitalismo*, Roberto Schwarz aponta que “a volubilidade é [...] o princípio formal do livro” (Schwarz 2012a: 31) *As memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Lançado esse pressuposto de sua análise, o autor busca ao longo do livro evidenciar a dinâmica volúvel não só no trato entre as personagens, também destas com o narrador, e ainda do narrador consigo mesmo e com o leitor. Dessa característica onipresente, por assim dizer, na organização do romance, o crítico brasileiro retira a força de seu argumento, sempre ancorado ao “fundamento real” de que se vale o autor d’*As memórias*, que “soube imaginar-lhe as virtualidades próximas e remotas” (Schwarz 2012a: 43). Essa imaginação *machadiana* encontra potência na imaginação de *Brás* em inúmeros momentos. E, como propõe Schwarz, “à medida que a leitura [do romance] avança, no familiarizamos — em ato — com o ritmo e a abrangência da imaginação de Brás (*a superioridade*)” (Schwarz 2012a: 45). É certo que o crítico não se dedica ao aprofundamento do que entende, nessas e em outras passagens, por imaginação. Um trabalho à parte, dedicado apenas a isso, talvez pudesse fazer isso emergir mais especificamente. Aqui mobiliza-

remos algumas passagens de Schwarz que enriquecem a comparação com Marcuse. Nesse sentido, e

Retomando o fio, digamos que a notação da realidade contingente, própria ao romance como forma, não têm sequência, ou melhor, não frutifica. A todo momento a narrativa a interrompe e transforma em trampolim para um movimento de satisfação subjetiva, que pode ser do narrador, das personagens ou do leitor, e se realiza *à custa do real*. [...] o pormenor realista vê desativado o seu vetor histórico ou psicológico e serve como alegoria de uma verdade superior, ou de uma abstração surrada: transparece a figura *universal* do espírito humano, eternamente incapaz de se ater a realidade e razão, sempre pronto a fugir para o imaginário (Schwarz 2012a: 51, 52).

À primeira vista, é possível lermos a passagem sob a chave de uma oposição entre *imaginação* — ou imaginário, como se apresenta — e *real*. Mas, se nos atentarmos ao *real* que ali aparece como aquele do “pormenor realista [que] vê desativado o seu vetor histórico ou psicológico” estamos diante de um real análogo à imaginação burguesa, *pronta para fugir ao imaginário* nos moldes que, como vimos, Marcuse criticava como degradação fantasiosa. Mais uma vez, uma primeira leitura poderia colocar em oposição Schwarz e Marcuse, enquanto um opõe a imaginação ao real, enquanto o segundo busca tecer o conceito de modo intrínseco ao real, por meio das teias simbólicas da fantasia. Contudo, a rede simbólica da fantasia ganha traços críticos para Marcuse — e apenas assim figura dentre suas formulações — levando-se em conta exatamente o “vetor histórico ou psicológico”. Mais precisamente, vetor histórico e psicológico, no caso de Marcuse. Como dissemos anteriormente, o uso que faz de

Kant atravessa seus textos junto à ênfase nos limites técnicos das potencialidades históricas, e, posteriormente, a historicidade própria à leitura que faz de Freud. Nesse movimento, Marcuse se encontra bastante próximo, então, ainda que às avessas, de Schwarz.

Esse encontro ganha ainda outros contornos, e talvez mais diretos, se lembrarmos que, como já esboçamos, em *O homem unidimensional* Marcuse salienta que a

imaginação não permaneceu imune ao processo de reificação. Estamos possuídos por nossas imagens, sofremos nossas próprias imagens. A psicanálise o soube bem, e soube as conseqüências. Contudo, “dar à imaginação todos os meios de expressão” seria regressão. Os indivíduos mutilados (mutilados também em sua faculdade de imaginação) organizariam e destruiriam ainda mais do que são agora permitidos a fazer. [...] Racional é a imaginação que pode tornar-se o *a priori* da reconstrução e redirecionamento do aparato produtivo à existência pacificada, uma vida sem medo. E essa nunca pode ser a imaginação daqueles que são possuídos pelas imagens de dominação e morte (Marcuse 1991: 250, trad. nossa).

A imaginação de que trata Schwarz em sua análise d’*As memórias* pode muito bem estar vestida segundo a costura da mutilação a que Marcuse se refere. “Imagens de dominação e morte” podem ser facilmente atribuídas a um romance que se passa no Brasil escravocrata do século XIX narrado por um “defunto autor” (Assis, 2019: 19). Mas, ainda uma vez, o avesso desse encontro parece ser ainda mais revelador. Isso porque Marcuse discorre explicitamente sobre uma “sociedade afluyente”, termo que utiliza frequentemente durante a obra em questão.

Uma sociedade afluyente, e industrialmente avançada. Ora, não é o caso do Brasil do século XIX. Seria o caso de uma reificação *avant la lettre*? Antecipada ao menos aos termos que Marcuse coloca, talvez. Mas não exatamente, também.

A imaginação, como vimos, seria regada por imagens de um passado primordial, repleto por satisfação plena e possível, resguardada pela camada psíquica mais próxima ao princípio de prazer. Em termos marcuseanos, a imaginação possuída por imagens de dominação e morte, mutilada, está muito mais próxima de um avanço social do princípio de realidade vigente, do que um enfraquecimento do princípio de prazer. Nesse sentido, a imaginação evocada por Schwarz para explicitar características formais do romance machadiano, calcado na matéria histórica brasileira, seria a imaginação dominada pelo princípio de realidade vigente, refém das “alterações culturais” e históricas, como pudemos ver anteriormente que caracteriza tal princípio. Ainda assim, não parece ser exatamente esse o caso, uma vez que a imaginação de que trata Schwarz, encarnada por Brás Cubas, apresenta inúmeras semelhanças com a dinâmica do princípio de prazer apresentado por Marcuse.

Enquanto o filósofo alemão demonstra o avanço da racionalidade técnica e do princípio de desempenho nas sociedades afluentes e industriais avançadas e, conseqüentemente, a mutilação da imaginação, como tendências sociais gerais, Brás Cubas graça lepidamente seus privilégios de classe e “em vez de aprofundar aquelas contradições, Brás procura normalizá-las, livrando-as da pecha de aberrantes (*em relação a quê?*)” (Schwarz 2012a: 116, grifo nosso). Para enfatizar e dar as cores da “expe-

riência efetiva da classe dominante brasileira” e “consubstanciar o conflito das interpretações, veja-se quanto, do ângulo europeu, a biografia de Cotrim seria exótica e escandalosa, ao passo que do ângulo brasileiro, que Brás Cubas busca formular, ela é normal.” (Schwarz 2012a: 116). A citação e a referência a Cotrim, personagem que é cunhado de Brás no romance, é feita por Schwarz em ocasião que o autor busca discutir os “ricos entre si”, título do capítulo que citamos. O que esperamos demonstrar aqui é a distinção das experiências históricas a que se referem os autores. Se Marcuse lança mão dos pressupostos de uma imaginação racional, Brás poderia muito bem perguntar *racional a quem?* Ou, como Schwarz, *em relação a quê?* Pergunta que, diante da lepidéz e volubilidade, poderia muito bem trocar sinais com a Teoria Crítica. Não é o que faz Brás Cubas, evidentemente, uma vez que “a pouca rigidez ideológica não abranda a classe rica nem a impede de passar a extremos para defender o seu interesse” (Schwarz 2012a: 118), enxotando arbitrariamente qualquer possibilidade crítica. Este retrato que Schwarz constrói da classe dominante brasileira, da qual pertenceria Brás, é o que nos motiva a comparar os princípios de prazer marcuseano e o que estamos assumindo aqui como uma espécie de princípio de realidade brasileira do século XIX.

Ao comentar diretamente sobre psicologia em relação com seu argumento, Schwarz à certa altura afirma que “para nosso argumento, anote-se que através da indiferença moral de suas personagens femininas Machado casava temas novos da filosofia europeia do inconsciente à situação histórica da elite brasileira, condenada, pela circunstância, a tomar liberdade com a lei”

(Schwarz 2012a: 140). Essa combinação entre filosofias avançadas europeias do inconsciente e a situação histórica brasileira, soa como atitude bastante próxima ao método de Marcuse durante o século XX, com a diferença do olhar direcionado para o Brasil e a classe dominante especificamente.⁷ A questão que desejamos elaborar então, passa pela peculiaridade que essa diferença talvez traga à tona. Peculiaridade que assume diversas facetas, e que, aqui, nos concentramos em uma passagem que em muito ecoa o que discutimos acima sobre o princípio de prazer e sua relação com o tempo e a história:

Na falta de méritos burgueses, que o retessem à força de projetos e contradições, o tempo flui segundo um modo não denominado, mas bem configurado, cujo traço distintivo está na pouca importância da parte deliberada da vida. Condicionado pela insuficiência histórica do país, este andamento tem sinal negativo (a inércia dos condôminos de um empreendimento escravista) (Schwarz 2012a: 141).

Interpretando a passagem, gostaríamos de destacar o que nos parece mais próximo de nossa discussão: o tempo, que flui de um modo bastante parecido com o tempo do princípio de prazer que Marcuse apresentava em *Eros e civilização*.

Marcuse se baseia em Schiller quando afirma que o “inimigo fatal da gratificação duradoura é o *tempo*, a finitude íntima, a brevidade de todas as condições e estados”. Ou, ainda, o autor

7 Apesar de Marcuse comentar diferenças entre países centrais e periféricos em alguns textos, não há um esforço que atravesse a sua obra direcionado ao aprofundamento dessas questões. Uma das motivações do presente artigo seria justamente essa, apreender a teoria marcuseana levando em consideração as consequências de sua teoria para a formação das especificidades brasileiras.

afirma a seguir que “se o ‘estado estético’ se destina a ser, realmente, o estado de liberdade, então terá de derrotar, em última instância, o curso destrutivo do tempo. Só isso constitui um indício palpável da civilização não-repressiva” (Marcuse 1975: 170). Ora, de que tempo estamos falando ao lermos acima a citação de Schwarz? E no caso de Marcuse? Nossa hipótese acompanha justamente o que foi dito anteriormente: devemos ter em mente as distintas sociedades retratadas. Schwarz fala explicitamente de uma sociedade onde a economia não se organiza “a fazer o trabalho num mínimo de tempo, mas num máximo.” Isso porque, na economia escravocrata brasileira do século XIX, era preciso alongar o tempo, “a fim de encher e disciplinar o dia do escravo. O oposto exato do que era moderno fazer. Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia” (Schwarz 2012: 14). Talvez não seja forçar o tom ao pensarmos que “eficácia” não está longe de uma tradução para *performance*, termo que Marcuse utiliza no texto original de *Eros e Civilização* para qualificar o princípio de realidade vigente — o princípio de desempenho (de eficácia?). Tudo se passa, então, como se na sociedade escravocrata brasileira a derrota do tempo, ou da brevidade, fosse preocupação diária dos senhores. Ali a civilização não-repressiva, de um “aburguesamento incompleto dos costumes brasileiros permitia a Machado estudar o dinamismo *despolicidado do desejo* em termos semelhantes àqueles — revolucionários — ocasionados na Europa pela emancipação da sexualidade como esfera autônoma da vida” (Schwarz 2012a: 144).

O próprio Marcuse também já apontava nos anos 1960 às limitações da revolução sexual que se desenhava. Como formulou Kangussu, o argumento de Marcuse em *O homem unidimensional* sobre esse tema se baseia na leitura de que a “extensão do controle sobre a consciência permite o relaxamento do controle sobre a sexualidade e, com isso, maior liberdade sexual. Mas não maior liberdade erótica” (Kangussu, 2008: 114).⁸ Se trata, novamente, de que momento da obra de Marcuse escolhemos para comparar com o que expõe Schwarz. Seja como for, a eventual inversão de sinais e a adaptação a uma realidade distinta parecem ser necessárias para potencializar o conceito marcuseano de imaginação, como produtora de alternativas sociais e potencializar, portanto, a concretização dessas.

Conclusão

Como já enfatizado desde o início, o artigo não se propôs a esgotar possibilidades, seja de interpretação conceitual de cada um dos autores, seja de suas aproximações. Ao contrário, o que espera-se ter ficado claro é o potente campo aberto pelo exercício dialógico e imaginado quando comparamos Roberto Schwarz e Herbert Marcuse.

Ao longo da obra de Marcuse o conceito de imaginação é, definitivamente, um dos mais presentes em seu horizonte teórico. O autor se dedicou a contornar conceitual e teoricamente a imaginação, bem como aplicá-la em sua análise materia-

8 Ver a discussões na obra de Marcuse sobre o conceito de “dessublimação repressiva”.

lista de acordo com seu objeto e momento histórico, como procurou-se evidenciar. Roberto Schwarz, por sua vez, não propõe como uma de suas tarefas evidenciar conceitual e teoricamente a imaginação. Ao menos, não nos termos do filósofo alemão. Mas, ao escavar o romance narrado pelo defunto autor machadiano, evidencia dinâmicas sociais e contextos históricos onde, sim, a imaginação aparece como faculdade mental determinante em sua exposição. A comparação com Marcuse vem, assim, em um sentido de complementar e problematizar pontos da crítica literária de Schwarz, ao mesmo tempo em que esta última coloca questões à apreensão e aplicação direta do conceito de imaginação marcuseana ao Brasil do Século XIX, especialmente levada em conta o entorno teórico do conceito (princípio de prazer e de realidade, sensibilidade, dimensão estética, entre outros), e momentos históricos e sociedades de que tratam um e outro autor.

Nesse sentido é que, com atenção aos ruídos, mais do que apenas aproximações em sentido estrito, se buscou no presente trabalho delinear algumas das possíveis idas e vindas de um diálogo entre Roberto Schwarz e Herbert Marcuse tecido pelos fios da imaginação. Finalmente, além do interesse especificamente intelectual, interessa enfatizar que as dinâmicas específicas da classe dominante brasileira — ainda marcada por suas características escravocratas — com relação aos princípios de prazer e princípio de realidade que emergem da comparação entre os dois autores, entrelaçados pela imaginação, podem contribuir, por exemplo, para a compreensão da subjetividade característica “da experiência tão desconcertante, e latino-americana, do progresso

que repõe o atraso em lugar de superá-lo” (Schwarz 2019: 320), tão próxima da imaginação kantiana que projeta um futuro já sempre passado, como vimos nas palavras de Marcuse. Imaginação essa, por sua vez, tão próxima de um narrador que conta nas páginas futuras apenas o seu passado, enviesado por sua vivíssima morbidez.

Recebido em 07/01/2022

Publicado em 31/12/2022

Referências

- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Antofágica, 2019.
- KANGUSSU, Imaculada. *Leis da liberdade: a relação entre estética e política na obra de Herbert Marcuse*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- . *A fantasia e as fantasias: um conceito e suas figuras*. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2020.
- KUNZ, C. S. “O Romance de Artista Alemão: arte e utopia no jovem Marcuse”. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 24 (n. 2), p. 87-98, 2019.
- MARCUSE, Herbert. *One-dimensional man*. Boston: Beacon Press, 1991.
- . *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- . Filosofia e Teoria Crítica. In: MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade*. Volume I. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2006.

- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.
- . *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012a.
- . *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019 (1ª Edição).